ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES

André Yoshihito Pereira Chiba Filho

OPERAÇÕES DE PAZ: A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Resende
2019

André Yoshihito Pereira Chiba Filho

OPERAÇÕES DE PAZ: A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Ten Cel Geraldo Garcia Do Amaral Júnior

Resende
2019

André Yoshihito Pereira Chiba Filho

OPERAÇÕES DE PAZ: A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em _____ de _____ de 2019:

Banca examinadora:

_____

Geraldo Garcia Do Amaral Júnior – TC INF
(Presidente/Orientador)

_____

Nome completo, Posto de graduação

_____

Nome completo, Posto de graduação

Resende
2019

Dedico este trabalho primeiramente à Deus, por ter me dado sabedoria para trilhar este nobre caminho das armas e conseguir dia após dia vencer todas as dificuldades impostas pelo curso de formação de oficiais da AMAN e, também, aos meus pais e minha irmã por terem me dado total apoio antes de ingressar na Força e principalmente durante os 5 anos de formação, sem eles não conseguiria chegar onde cheguei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me iluminado durante os 5 anos que se passaram e por nunca ter me abandonado nas horas que eu mais necessitei.

Agradeço também a minha família por ter sido a base de tudo e principalmente por sempre estarem ao meu lado nos piores e melhores momentos da minha vida. Vocês são o combustível que me alimentou para que eu pudesse terminar este curso e ser um oficial combatente do Exército Brasileiro.

Ao meu orientador por ter se esforçado e dedicado para que o trabalho fosse desenvolvido da melhor maneira possível.

RESUMO

OPERAÇÕES DE PAZ: A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

AUTOR: André Yoshihito Pereira Chiba Filho
ORIENTADOR: Geraldo Garcia do Amaral Júnior

As operações de manutenção da paz foram criadas após os terríveis acontecimentos de duas grandes guerras que devastaram o continente europeu no século passado. Durante o desencadeamento das operações, os conflitos foram evoluindo e assim foi necessário o acompanhamento por parte das Nações Unidas. Não distante disso o Brasil percorreu uma longa trajetória nestas missões e assim consolidou uma boa reputação internacional, sendo referência de sucesso neste quesito. O destaque maior foi para a MINUSTAH, a qual além de ter colaborado positivamente com o Exército Brasileiro através de experiências essenciais para elaboração de novas doutrinas, aquisição e melhoramento de equipamentos militares e aperfeiçoamento do adestramento para compor os contingentes de operações de manutenção da paz, também projetou o país e suas Forças Armadas para o restante do mundo. Com esta pesquisa foi possível observar a trajetória do Brasil na ONU e os benefícios que isso trouxe para o Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Operações de manutenção da paz. Exército Brasileiro. MINUSTAH. Nações Unidas.

ABSTRACT

PEACE OPERATIONS: THE PARTICIPATION OF THE BRAZILIAN ARMY

AUTHOR: André Yoshihito Pereira Chiba Filho

ORIENTER: Geraldo Garcia do Amaral Júnior

Peacekeeping operations were created after the terrible events of two major wars that devastated the European continent in the last century. During the onset of operations, the conflicts were evolving and so the monitoring by the United Nations was necessary. Not far from that, Brazil has traveled a long way in these missions and has consolidated a good international reputation, being a reference of success in this matter. The main highlight was for MINUSTAH, which in addition to having collaborated positively with the Brazilian Army through essential experiences to elaborate new doctrines, acquisition and improvement of military equipment and improvement of training to compose contingents of peacekeeping operations, also designed the country and its Armed Forces to the rest of the world. With this research it was possible to observe the trajectory of Brazil in the UN and the benefits that this brought to the Brazilian Army.

Keywords: Peacekeeping Operations. Brazilian Army. MINUSTAH. United Nations.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista de missões da ONU que o Brasil participou.....28

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Militares Brasileiros em Operações de Paz da ONU no Haiti
Figura 2 – Gráfico das fases do conflito com os instrumentos da ONU
Figura 3 – Estrutura Organizacional para assuntos de operações de paz
Figura 4 – Processo para decidir a participação do Brasil em uma operação de paz
Figura 5 – Subordinação do CCOPAB
Figura 6 – Grupos armados no Haiti
Figura 7 - CCOPAB
Figura 8 – Urutu EE-11 no Haiti
Figura 9 – Tiro de Ação Reflexa conduzida no 28° BC

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAEB Centro de Avaliação para Missões de Paz do Exército

CCOPAB Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

COTER Comando de Operções Terrestres

CSNU Conselho de Segurança da ONU

DE Divisão de Exército

DECEX Departamento de Ensino e Cultura do Exército

DelBrasONU Missão Permanente do Brasil Junto às Nações Unidas

EMI Exposição de Motivos Internacionais

END Estratégia Nacional de Defesa

GLO Garantia da Lei e da Ordem

LDBN Livro Branco de Defesa Nacional

MIF Força Multinacional Interina

MINUSCA Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana

MINUSTAH Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti

MD Ministério da Defesa

ONU Organização das Nações Unidas

TTP Táticas Técnicas e Procedimentos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....12
1.1 OBJETIVOS.....13
1.1.1 Objetivos geral.....14
1.1.2 Objetivos específicos.....14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....15
2.1 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNDAS.....15
2.1.1 Conselho de Segurança das Nações Unidas.....15
2.2 OPERAÇÕES DE PAZ.....16
2.2.1 Prevenção de Conflitos (Prevent Diplomacy) 16
2.2.2 Estabelecimento da Paz (Peacemaking) 17
2.2.3 Manutenção da Paz (Peace-keeping) 17
2.2.4 Consolidação da Paz (Peace-building) 17
2.2.5 Imposição da Paz (Peace-enforcement) 18
2.2.6 Faseamentos das Operações de Manutenção da Paz.....18
2.2.7 Princípios das Operações de Paz.....19
2.2.7.1 Princípio do Consentimento.....20
2.2.7.2 Princípio da Imparcialidade.....20
2.2.7.3 Princípio do Uso da Força 20
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....22
4 PROCESSOS PARA PARTICIPAÇÃO NAS OPERAÇÕES DE PAZ.....24
4.1 CCOPAB.....25
5 HISTÓRICO DO BRASIL NAS OPERAÇÕES DE PAZ.....27
5.1 MINUSTAH.....30
6 O LEGADO DA MINUSTAH PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO.....33
7 CONCLUSÃO.....37

1. INTRODUÇÃO

Uma das formas de um exército se manter forte no cenário global é através da troca de conhecimentos e experiências com exércitos de outras nações. Não só com objetivos de aliança, mas também para progredir em sua atualização e reconhecimento mundial. Isso faz com que seja essencial a participação de militares brasileiros em cursos de especialização fora do país, assim como missões de paz e diplomáticas.

Desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 é notável a crescente importância da participação do Brasil nesse contexto, colocando em pauta as ações do Exército Brasileiro em operações de paz organizadas por esse organismo.

Ao longo do tempo os objetivos das operações de manutenção da paz foram evoluindo e se moldando mediante as novas circunstâncias que apareciam. De início, as missões tinham formas mais tradicionais, como acordos de paz e de cessar fogo, à medida que as situações evoluíram as operações também estavam a par, não diferente disso o Brasil se adaptava a cada novo ambiente.

Nas últimas três décadas o mundo vem presenciando uma maior complexidade e multidimensionamento das missões, ou seja, o que antes era o foco das operações, abriu espaço para questões sociais, econômicas, políticas, culturais, além de, quando necessário, o uso da força além da autodefesa da tropa empregada.

O Brasil na busca de se adaptar às novas mudanças procurou ser mais incisivo em sua colaboração nas operações de manutenção da paz da ONU, a prova disto é o engajamento massivo que houve na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). O envio constante de tropas para o Haiti e o aumento de *force commanders* brasileiros são reflexos da importância do engajamento do país nessas missões ganhou nos últimos tempos.

É importante ressaltar que a participação do Brasil em operações de manutenção da paz da ONU está baseada no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), na Estratégia Nacional de Defesa (END) e se enquadra como Política de Estado.

As experiências que as Forças Armadas ganham ao participar de operações de manutenção da paz, não só contribuem para a boa imagem do país, como também para o desenvolvimento de doutrinas, aquisição de equipamentos e adestramento de pessoal. Isso faz com que seja muito positiva a entrada do Brasil nesses tipos de missões.

Esta pesquisa justifica-se pela crescente importância das missões de paz da ONU no âmbito do Exército Brasileiro, além dos conhecimentos adquiridos e dos ganhos

profissionais dos recursos humanos da força durante as operações. Analisar a trajetória do Brasil nessas operações e elencar os benefícios que a participação constante e ativa trouxe para o Exército Brasileiro é essencial para entender como essa participação se tornou de grande valia para a força.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivos geral

Mostrar a importância das missões de paz para o Exército Brasileiro

1.1.2 Objetivos específicos

Explicar o conceito de operações de paz;

Citar as principais missões de paz da ONU que o Brasil atuou;

Classificar as operações de paz de acordo com sua finalidade;

Citar o caso de sucesso da MINUSTAH;

Mostrar os ganhos positivos da participação do Exército Brasileiro nas operações de manutenção da paz da ONU.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A Organização das Nações Unidas (ONU) possui origem na Carta das Nações Unidas, que foi criada por um processo de negociação durante a Segunda Guerra Mundial. Na época já havia estudos passados para que a Liga das Nações fosse reformulada e com as falhas do organismo somado com o aumento da intensidade dos conflitos, as grandes potências cogitaram em criar uma nova organização internacional, capaz de conduzir assuntos relacionados à segurança internacional e a paz (FONTOURA, 2005).

De acordo com o preâmbulo da Carta das Nações Unidas

> Nós, os povos da nações unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.[...]Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos. Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas. (NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 3)

2.1.1 Conselho de Segurança das Nações Unidas

A ONU possui um organograma com seis órgãos principais, são eles, Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Secretariado, Corte Internacional de Justiça e Conselho de Tutela. Para entender como se chega a confirmação de uma operação de paz, deve-se saber como compõe e atua o Conselho de Segurança das Nações Unidas. (CSNU).

Este órgão tem sob sua responsabilidade a segurança internacional e a paz. Sua composição se dá por 5 membros permanentes, que possuem direito a veto, são eles, Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China. Além deles são previstos mais 10 membros não-permanentes que são eleitos a cada 2 anos pela Assembleia Geral.

Segundo a Organização das Nações Unidas:

> As principais funções do CSNU são manter a paz e a segurança internacional, determinar a criação, continuação e encerramento das Missões de Paz, de acordo com os Capítulos VI, VII e VIII da Carta, Investigar toda situação que possa vir a se transformar em um conflito internacional, recomendar métodos de diálogo entre os países, elaborar planos de regulamentação de armamentos, determinar se existe uma ameaça para o paz, solicitar aos países que apliquem sanções econômicas e outras medidas para impedir ou deter alguma agressão, recomendar o ingresso de novos membros na ONU, recomendar para a Assembleia Geral a eleição de um novo Secretário-Geral. (NAÇÕES UNIDAS, p. 1)

2.2 OPERAÇÕES DE PAZ

As ameaças à paz, ruptura da paz ou ato e agressão são analisadas e julgadas pelo Conselho de Segurança da ONU, bem como as medidas que serão tomadas para reestabelecer a paz internacional. O artigo 42 da carta das Nações Unidas estabelece que após as tentativas de conciliação das partes por meio de reunião e acordos não surtirem efeitos, pode-se chegar à decisão da utilização de forças navais, aéreas e terrestres para reestabelecer a paz. (NAÇÕES UNIDAS, 1945).

As Operações de Paz possuem como objetivo manter as boas relações humanas e zelar pelo bom convívio entre os Estados (BRASIL, 2017).

Em 1992 o então Secretário-Geral da ONU Boutros Boutros-Ghali confeccionou um relatório chamado de “Uma Agenda Para a Paz” e em 1995 “Suplemento de Uma Agenda Para a Paz” que dividiram as atividades do órgão no que tange a segurança internacional e a paz em 5 categorias, sendo elas: Prevenção de conflitos (Prevent Diplomacy), Estabelecimento da Paz (Peacemaking), Manutenção da Paz (Peace-keeping), Consolidação da Paz (Peace-building) e Imposição da Paz (Peace-enforcement). (FONTOURA, 2005).

2.2.1 Prevenção de Conflitos (Prevent Diplomacy)

Consiste em ações para impedir que haja o desentendimento entre as partes e para evitar que surja um conflito proveniente da disputa. Caso ocorra o conflito armado, sanções são tomadas para limitar os efeitos colaterais. (BOUTROS-GHALI, 1992).

O Capítulo VI da Carta das Nações Unidas (Solução Pacífica de Controvérsias) define em seis artigos as modalidades que poderão ser realizadas, podendo haver outras que tenham sido acordadas entre os interessados, um exemplo disso foi na ex-República

Iugoslava da Macedônia, onde a ONU empregou tropas preventivas. (FONTOURA, 2005)

Além de serem ações que são tomadas na fase em que o conflito ainda não eclodiu, podem também ser empregadas na situação de pós-conflito, onde o objetivo é evitar que o conflito se reacenda na região. Atualmente este último caso costuma estar em pauta nas agendas de negociação para a paz. (BERNARDINO, 2008)

2.2.2 Estabelecimento da Paz (Peacemaking)

São as ações diplomáticas para fazer com que as duas partes que entraram em conflito entrem em acordo, preferencialmente de forma pacífica. (BOUTROS-GHALI, 1992).

Estas ações são baseadas nos artigos do Capítulo VI da Carta das Nações Unidas e em casos particulares podem entrar nas ações coercitivas do Capítulo VII (Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão). (FONTOURA, 2005).

2.2.3 Manutenção da Paz (Peace-keeping)

O emprego das Nações Unidas no terreno com o consentimento de todas as partes através de militares, policiais e civis qualificados para atuar nesse contexto. (BOUTROS-GHALI, 1992). Para complementar as ações diplomáticas, as tropas realizam ações para monitorar os tratados para resolução de conflitos. (BRASIL, 2017)

Nos anos 90 esse tipo de operação foi mais utilizado em casos internos podendo ter motivos como proliferação de atores ou falta de autoridade local. (FONTOURA, 2005.

2.2.4 Consolidação da Paz (Peace-building)

São as ações tomadas através da realização de projetos por órgãos das Nações Unidas ou forças militares para recuperar infraestruturas e instituições, bem como reerguer e desenvolver a economia local da região que foram afetadas pelos conflitos. (BRASIL, 2017).

Uma característica dessas operações é que são preferencialmente executadas por outros órgãos da ONU, porém se a dificuldade do terreno impor, a as tropas militares podem ser utilizadas. (FONTOURA,2005).

2.2.5 Imposição da Paz (Peace-enforcement)

Quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas analisa e julga alguma ação como uma possível ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, medidas são tomadas para contornar a situação com o objetivo de manter a paz no local onde ocorrem os conflitos. Está respaldada pelo Capítulo VII da Carta das Nações Unidas e incluem o uso da força para sua execução. (BRASIL, 2017)

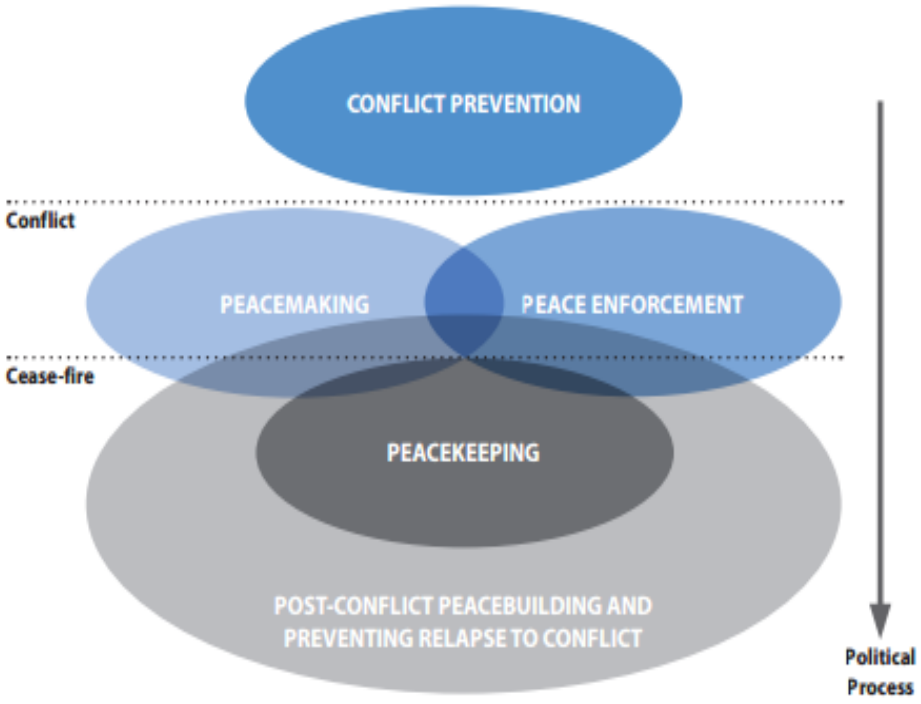
Figura 1 – Militares Brasileiros em Operações de Paz da ONU no Haiti

Fonte: DEFESANET (2011)

2.2.6 Faseamento das operações de manutenção de paz

Os diferentes tipos das operações que foram citadas possuem objetivos que se complementam e se mesclam, chegando até a se sobrepor. Mesmo que haja a separação de cada um, é importante ressaltar que é essencial a interseção entre eles, como por exemplo o *peacemaking* que pode estar mesclado com o *peace enforcemente* ou o *peacekeeping*. A figura 2 apresenta estas situações. (ANDRADE-HAMANN-SOARES, 2019).

Figura 2 – Gráfico das fases do conflito com os instrumentos da ONU



Fonte: ONU (2008, p.19)

2.2.7 Princípios das Operações de Paz

Em 2008 o Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (DPKO) criou a Doutrina Capstone, que se trata de um documento que apresenta conceitos e orientações a respeito de planejamento, preparação e execução das operações. Além disso, lista princípios, objetivos e lições aprendidas em experiências passadas, orientando e permitindo o melhor entendimento sobre o assunto.

As Nações Unidas através da Doutrina Capstone definiram três princípios que regem as ações a serem tomadas durantes as operações de Paz, são eles os princípios do consentimento, da imparcialidade e do uso da força. Estes princípios estão relacionados uns com os outros e fazem parte essencial tanto do planejamento quanto da ação das missões. (NAÇÕES UNIDAS, 2008).

2.2.7.1 Princípio do Consentimento

Apesar de sempre buscar, quando possível, o consentimento ente as partes, as operações de paz ocorrem com ou sem esse fator, através de processos políticos. O consentimento dessas partes faz com que as Nações Unidas tenham maior facilidade para atuar tanto no campo político quanto físico a fim de atingir os objetivos designados para a missão. Sem esse consentimento as operações podem se tornar uma parte do conflito e assim perder sua característica de pacificar a região. (NAÇÕES UNIDAS, 2008).

Há a necessidade de se buscar a manutenção do consentimento durante a operação e para isso Os operadores devem tomar conhecimento a respeito da história, costumes e tradições do local, bem como as motivações e interesses envolvidos das partes conflitantes. O consentimento de ambas as partes nem sempre é irrestrito, visto que em algumas vezes os grupos envolvidos no conflito estão internamente divididos ou tem ações de comando fracas. (NAÇÕES UNIDAS, 2008).

2.2.7.2 Princípio da Imparcialidade

As operações das Nações Unidas não devem favorecer ou prejudicar nenhuma das partes, porém não deve ser confundida com a falta de ação durante as operações ou a própria inatividade. Durante as negociações e planejamentos as operações devem ser imparciais e durante a execução não pode ser inativa. (NAÇÕES UNIDAS, 2008).

> “A necessidade de imparcialidade para com as partes não deve se tornar uma desculpa para a inatividade diante de um comportamento que funciona claramente contra o processo de paz. Assim como um bom árbitro é imparcial, mas penaliza as infrações, uma operação de paz não deve tolerar ações das partes que violem os compromissos do processo de paz ou as normas e princípios internacionais que uma operação de manutenção da paz das Nações Unidas defende.” (NAÇÕES UNIDAS, 2008 Tradução própria).

2.2.7.3 Princípio do Uso da Força

Este princípio vem desde as primeiras operações de paz em 1956, quando o conceito de legítima defesa foi usado devido à grande resistência que as partes tinham em relação as ações de tropas de paz. As operações de paz não são ferramenta de força, porém

podem e devem usar a força com a autorização do Conselho de Segurança para sua legítima defesa e, ou defesa do mandato. (NAÇÕES UNIDAS, 2008).

As áreas em que as operações ocorrem são geralmente caracterizadas por grupos armados, facções criminosas e milícias que atuam contra as forças de paz e ameaçam a população civil. Por isso o Conselho de Segurança permite que as tropas usem a força para diminuir as ações desses tipos de grupos que comprometem o andamento da missão. Apesar disso, não se pode esquecer que o uso da força é o último recurso durante a operação, sendo assim ele deve ser usado com precisão, proporcionalidade e o mínimo possível que garanta o cumprimento da missão. (NAÇÕES UNIDAS, 2008).

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental utilizando o método qualitativo sobre o tema para compreender a importância da participação do Exército Brasileiro nas operações de manutenção da paz da ONU. Desde o final da Segunda Guerra Mundial instaurou-se no mundo um receio a respeito da guerra e a maioria dos países concordava em existir uma entidade que pudesse intervir quando um conflito de grande nível estivesse prestes a acontecer. Ou seja, as Nações Unidas foram criadas devido ao momento em que os continentes estavam passando e assim surgiram as operações de paz, que com o tempo foram se aperfeiçoando de forma a se adaptar a complexidade que cada vez aumenta no mundo contemporâneo.

Desde as primeiras operações de paz o Brasil participa com o envio de tropas militares e pessoal civil, sendo destaque na América do Sul e posteriormente no mundo todo quando o assunto é tropa de operadores de paz. Parte desse sucesso é resultado do ótimo trabalho realizado no Haiti, operação que teve como todos seus comandantes, um militar do Exército Brasileiro.

Diante dessas observações é oportuno problematizar a seguinte questão:

- Qual a relevância das missões de paz da ONU para o Exército Brasileiro?

Após diversas atuações de tropas brasileiras em operações desse organismo, principalmente, a longa jornada de 13 anos de participação na MINUSTAH, observou-se a evolução da força dentro e fora do país.

Assim sendo, pode-se enunciar a hipótese de investigação da seguinte maneira:

a) A participação do Exército Brasileiro nas operações de manutenção da paz da ONU trouxe benefícios para a força como criação de doutrina, aquisição e evolução de equipamentos e aumento do adestramento das tropas de paz.

O objetivo geral deste trabalho é mostrar a relevância da participação do Exército Brasileiro nas operações de manutenção da paz da ONU. Serão, assim, observados os seguintes objetivos específicos:

- Explicar o conceito de operações de paz;
- Citar as principais missões de paz da ONU que o Brasil atuou;
- Classificar as operações de paz de acordo com sua finalidade;
- Citar o caso de sucesso da MINUSTAH;

- Mostrar os ganhos positivos da participação do Exército Brasileiro nas operações de manutenção da paz da ONU.

Ao se fazer a revisão da literatura verificou-se que os trabalhos mais relevantes sobre o assunto são os de autoria de: FONTOURA (2005), BOUTROS-GHALLI (1992), BRASIL (2017).

Em sua obra, "O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas", Fontoura apresenta brevemente o histórico das operações da ONU, mostra como seu deu a evolução do país durante os anos e apresenta as diferentes estratégicas políticas que foram adotadas para participar das operações.

Boutros-Ghalli escreveu a resolução "Uma Agenda para a Paz" defendendo a maior participação da ONU nas resoluções de conflitos internacionais, nesta obra ele explica 5 conceitos de operações de manutenção da paz a fim de promover a segurança internacional.

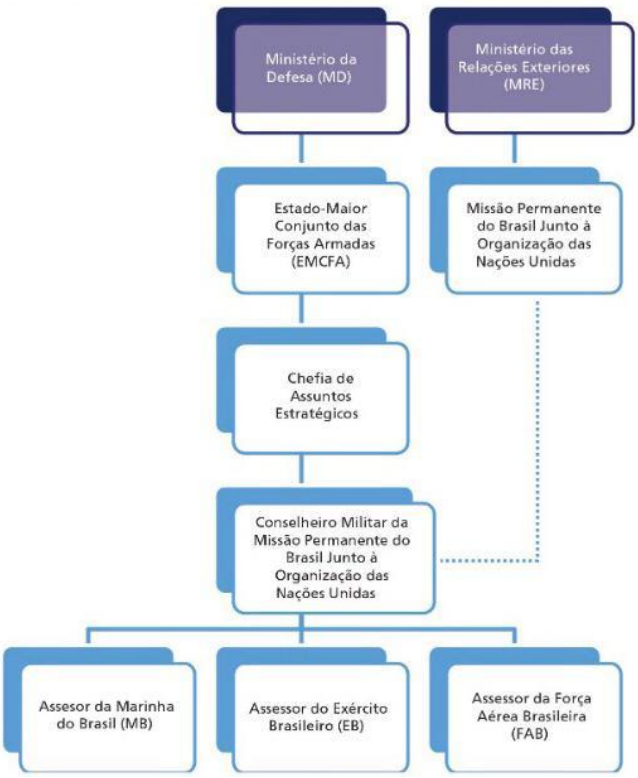
O Manual de Campanha "Operações de Paz" elaborado pelo Comando de Operações Terrestres (COTER) apresenta conceitos sobre as operações de paz, bem como as missões individuais que o militar do Exército Brasileiro deve ter como conduta durante as operações e a logística envolvida no processo de inserção do Exército em uma operação internacional.

Por fim, os dados coletados foram analisados e confrontados, buscando confirmar nossa hipótese e responder o problema proposto.

4 PROCESSOS PARA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS OPERAÇÕES DE PAZ

Para que o Brasil seja aprovado e selecionado para participar de uma missão de paz é necessário que haja a conversa entre o governo brasileiro e a ONU a fim de estabelecer metas e planos para buscar o resultado desejado. O Brasil mantém uma missão permanente em Nova Iorque para tratar dos assuntos supracitados e de outros de interesse do país, a Missão Permanente do Brasil Junto às Nações Unidas (DelBrasONU). Esta missão está vinculada ao Ministério das Relações e nela há um corpo diplomático e um militar, o primeiro trata a respeito de assuntos de política externa e o segundo se preocupa com assuntos da defesa. Na área militar participam da missão um Conselheiro Militar do Ministério da Defesa juntamente com o apoio de 3 assessores, sendo um de cada força. Esta estrutura organizacional é ilustrada na imagem abaixo. (ANDRADE-HAMANN-SOARES, 2019).

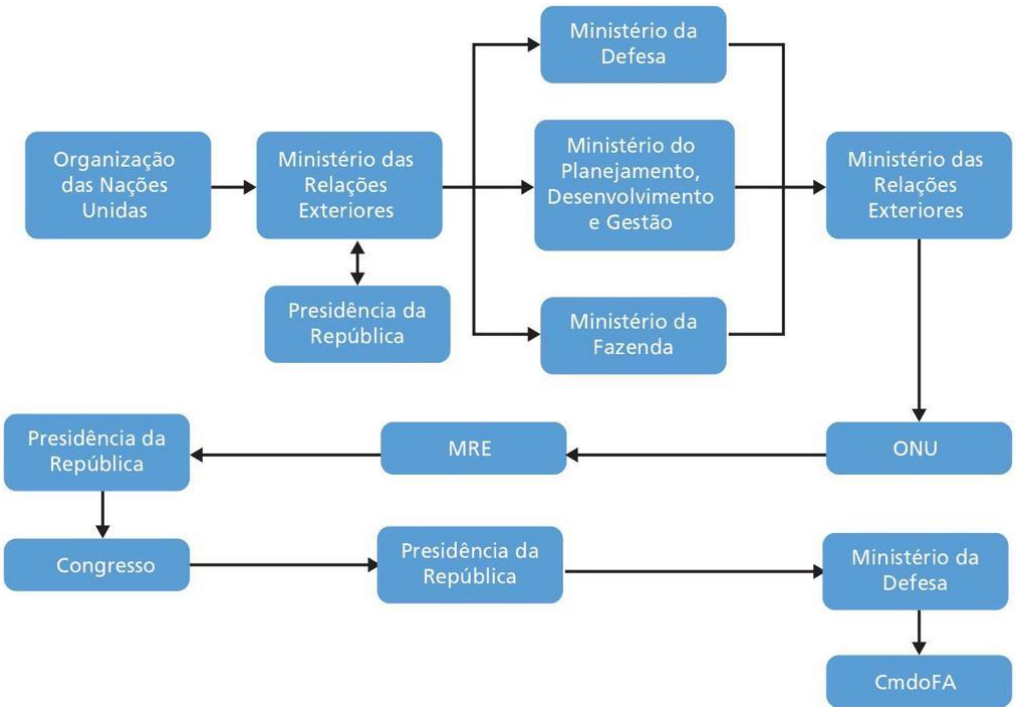
Figura 3 – Estrutura Organizacional para assuntos de operações de paz



Fonte: Brasil (2013, p.26)

Para que o Brasil se engaje em uma missão de paz é necessário que haja um processo complexo em que a ONU realiza um convite informal para o Ministério das Relações Exteriores, após isso é levada a situação para o Presidente da República e em seguida há uma troca de ideias entre três Ministérios, o da Defesa, o do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Fazenda. A resposta poderá ser positiva ou negativa e caso ela seja positiva há uma análise mais crítica mediante novo contado com a ONU e detalhada feita pelos Ministérios da Defesa e de Relações Exteriores para que seja elaborada uma Exposição de Motivos Internacionais (EMI) destinada ao Presidente da República. Em caso de concordância a EMI é enviada para o Congresso Nacional que caso a autorize, o Presidente poderá fazer o decreto Presidencial e assim o MD pode designar as Forças Armadas para a operação. (ANDRADE-HAMANN-SOARES, 2019). Este processo é exemplificado na figura abaixo.

Figura 4 – Processo para decidir a participação do Brasil em uma operação de paz



Fonte: Brasil (2013, P.55)

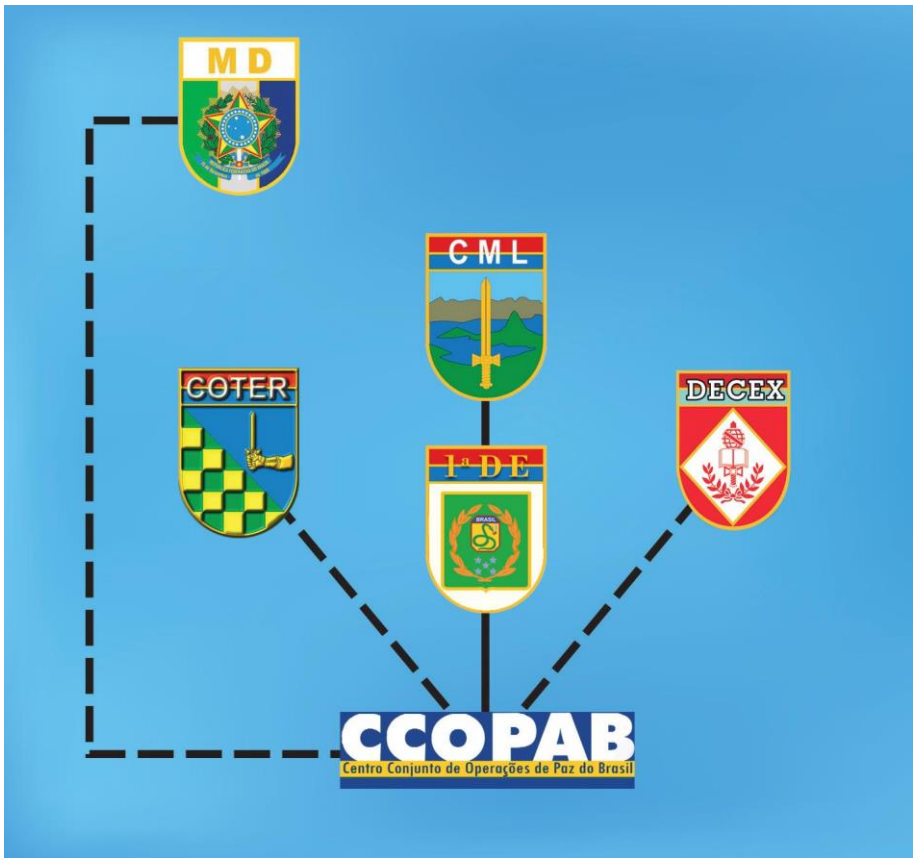
4.1 CCOPAB

O Centro Conjunto de Operações de Paz no Brasil foi criado em 2010 com o objetivo de adestrar as tropas militares e policiais, bem como civis para operações de paz

e desminagem humanitária. Esta instituição é complexa e é subordinada a outros vários atores, sendo eles o Ministério da Defesa, o Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEX), a 1° Divisão de Exército (DE) e ao Comando de Operações Terrestres (COTER). (ANDRADE-HAMANN-SOARES, 2019).

O Centro firmou-se como referência na preparação de pessoal para missões internacionais de paz devido ao seu alto grau de ensino técnico-profissional e possui grande reconhecimento nacional e internacional. Por ele trabalhar em conjunto com os Ministérios da Defesa e Relações Exteriores, consegue abordar as ações tanto nas áreas práticas, técnicas e operacionais quanto nas de nível político e estratégico. (TEIXEIRA, 2017)

Figura 4 – Subordinação do CCOPAB



Fonte: CCOPAB ([s.d.])

5 HISTÓRICO DO BRASIL NAS OPERAÇÕES DE PAZ

O Brasil participa das operações de paz das Nações Unidas desde a década de 50 quando enviou tropas para a UNEF I (United Nation Emergency Force) na região do Sinai. Após essa atuação, colaborou com tropas militares em mais 5 missões da ONU até o ano de 1964, quando houve uma estagnação em relação ao envio de militares brasileiros para essas operações internacionais. (RODRIGUES-MIGON, 2017).

Estas primeiras são descritas como operações de 1° geração, pois foram concebidas após a segunda guerra mundial, quando em clima de guerra fria observou-se a necessidade de uma entidade internacional atuar para preservar a paz entre Estados, a fim de evitar novas tragédias mundiais como as grandes guerras. (PENNA-FILHO, 2004)

A segunda geração das operações de paz foi contextualizada após a Guerra Fria, quando os conflitos alarmantes não eram mais entre Estados e sim internos. Fontoura (2005) afirma que os objetivos principais as operações dessa geração eram reestabelecer a política do país hospedeiro, bem como recuperar sua autonomia econômico, reconstruções civis, segurança de períodos eleitorais e cooperar com a administração pública.

A terceira geração das operações de paz por sua vez surgiram após o fracasso das missões de Ruanda, Somália e Bósnia. Nesse contexto foi realizado um estudo e seus resultados foram concentrados no *Relatório de Brahimi*, este documento deu embasamento para que as operações de 3° geração se diferenciassem das de 2°. A principal característica que difere uma da outra é o aumento do uso da força, pois as tropas da ONU necessitavam da permissão para se proteger e com a utilização da força não perder o poder na região e assegurar a manutenção da paz. (WILLIAMS, 2010).

Tendo em vista as diferentes classificações quanto as gerações de operações de paz, pode-se observar a presença constante e importante do Brasil nas diversas fases. A tabela abaixo mostra todas as operações de paz que o Brasil participou com envio de militares.

Tabela 1 – Lista de Missões da ONU que o Brasil participou

MISSÃO	LOCALIZAÇÃO	MILITARES	PERÍODO
UNEF I	Sinai e Faixa de Gaza	6.300	1957-1967
ONUC	Congo	179	1960-1964
UNSF	Nova Guiné Ocidental	2	1962
DOMREP	República Dominica	1	1965-1966
UNIPOM	Índia/Paquistão	10	1965-1966
UNFICYP	Chipre	30	1964-dias atuais
UNAVEM I	Angola	27	1889-1991
ONUCA	América Central	47	1889-1992
UNAVEM II	Angola	104	1991-1995
ONUSAL	El Salvador	54	1991-1995
MINURSO	Saara Ocidental	92	1991-dias atuais
ONUMOZ	Moçambique	225	1992-1994
UNTAC	Camboja	0	1992-1993

UNOMSA	África do Sul	0	1992-1994
UNPROFOR	Ex- Iugoslávia	82	1992-1995
UNOMUR	Runda/Uganda	23	1993-1994
UNOMIL	Libéria	3	1993-1997
UNCRO	Croácia	14	1995-1996
UNAVEM III	Angola	4.174	1995-1997
UNPREDEP	Macedônia	7	1995-1999
UNTAES	Eslovência/Ocidental	12	1996-1998
UNMOP	Pevlalka	6	1996-2002
MINUGUA	Guatemala	18	1997
MONUA	Angola	15	1997-1999
UNTAET	Timor Leste	174	1999-2002
UNMIK	Kosovo	0	1999-dias atuais
UNMISET	Timor Leste	274	2002-2005
MINURCAT	Áfr. Centr./Rep do Chade	6	2007-2010
UNIFIL	Líbano	1496	1978-dias atuais
UNMEE	Etiópia e Eritréia	12	2000-2008
UNMIL	Libéria	38	2003-dias atuais
UNOCI	Costa do Marfim	73	2004- dias atuais
MINUSTAH	Haiti	18.422	2004-2017
UNMIS	Sudão	141	2005-2011
UNMIT	Timor Leste	30	2005-2012
UNMIN	Nepal	33	2007-2011
MONUSCO	Congo	13	2010-dias atuais
UNISFA	Abyel	15	2011-dias atuais
UNMISS	Sudão do Sul	53	2011-dias atuais
UNSMISS	Síria	1	2012
MINUSCA	África Central	20	2014- dias atuais

Fonte: RODRIGUES-MIGON (2017)

Ao todo foram 41 missões de paz da ONU que o Brasil colaborou, sendo somente 3 sem o envio de tropas militares. Pode-se observar o quão presente e participativo se tornaram as Forças Armadas do Brasil no âmbito internacional. Destaque-se entre essas operações a MINUSTAH, pois foi a operações que possuiu maior efetivo de militares brasileiros participando e foi comandada inteiramente por Generais do Exército Brasileiro.

5.1 MINUSTAH

Em 2004 o Haiti passava por situações adversas que levaram o país a uma crise onde grupos armados instauravam o caos nas cidades. Após essas forças rebeldes tomarem conta da cidade de Gonaives e ameaçarem a capital, Porto Príncipe, o então Presidente, Sr. Jean Bertrand Aristide, fugiu do país. Os objetivos da missão eram devolver a autonomia policial haitiana, assegurar a transição governamental, reequilibrar a política e economia, reerguer a saúde publica e sanitária e controlar a proliferação do HIV/Aids. (ANDRADE-HAMANN-SOARES, 2019).

Figura 5 – Grupos armados no Haiti

Fonte: elpais.com, acesso em 28 de maio de 2019

Na noite em que o Presidente Sr Aristide deixou o país e o presidente da Suprema Corte assumiu como presidente interino, o representante permanente do Haiti nas Nações Unidas realizou o pedido de ajuda internacional que incluía a autorização para a entrada

de tropas militares no Haiti. Imediatamente após isso foi criada uma Força Multinacional Interina (MIF), constituída por militares dos Estados Unidos, Canadá, França e Chile, que se deslocaram para lá. (Brasil, 2017)

Visando um maior reconhecimento internacional, o Brasil começou a atuar de forma que sua participação na operação de manutenção de paz do Haiti se tornasse algo real. Os países que constituíam a MIF formavam, na época, o Grupo de Amigos do Haiti e de imediato o governo brasileiro viu a oportunidade de integrar o grupo com o objetivo de contribuir futuramente com tropas na missão que já estava prestes a se desenrolar. (FONTOURA-UZIEL, 2017)

A MIF, que foi instituída pela resolução 1559, tinha duração determinada, começava em fevereiro e terminaria em junho de 2004, sendo substituída então por uma missão internacional de estabilização. (CHARLES, 2004)

O caso de sucesso desta missão foi um fator exponencial para o reconhecimento internacional do Brasil. O General de Divisão R1 Floriano Peixoto Vieira Neto chama a participação do Exército Brasileiro na MINUSTAH como uma epopeia militar brasileira, ele afirma que:

> A presença militar brasileira no Haiti, por 13 anos, pode, indubitavelmente, ser considerada uma epopeia muito bem-sucedida, que correspondeu em sua plenitude aos objetivos visualizados por seus idealizadores, em 2004. Essas autoridades anteviram, com profunda percepção estratégica, a relevância da participação da expressão militar nacional fora dos limites fronteiriços, mas dentro de um relativo entorno geográfico que permitisse a continuidade das operações ao longo do tempo e, principalmente, o atingimento de resultados impactantes em favor da combalida realidade haitiana, à época. (NETO, 2017, p.17)

O fato de a missão ter sido comandada apenas por generais brasileiros juntamente com o envio constante de tropas nacionais para uma missão sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas mostrou um estilo diferente do país, o Brasil se tornou protagonista e principal agente nas operações de manutenção da paz no Haiti. (ANDRADE-HAMANN-SOARES, 2019). A figura abaixo ilustra a ordem cronológica dos *force commanders* nesta operação:

Figura 6 – *Force commanders* brasileiros durante a MINUSTAH

***Force commanders* brasileiros durante a MINUSTAH**

Force commander	Período de atuação
General Augusto Heleno Ribeiro Pereira	Maio de 2004-setembro de 2005
General Urano Teixeira da Matta Bacellar	Setembro de 2005-janeiro de 2006
General José Elito Carvalho Siqueira	Janeiro de 2006-janeiro de 2007
General Carlos Alberto dos Santos Cruz	Janeiro de 2007-abril de 2009
General Floriano Peixoto Vieira Neto	Abril de 2009-março de 2010
General Luiz Guilherme Paul Cruz	Março de 2010-março de 2011
General Luiz Eduardo Ramos Batista Pereira	Março de 2011-março de 2012
General Fernando Rodrigues Goulart	Março de 2012-março de 2013
General Edson Leal Pujol	Março de 2013-março de 2014
General José Luiz Jaborandy Junior	Março de 2014-agosto de 2015
General Ajax Porto Pinheiro	Outubro de 2015-outubro de 2017

Fonte: ANDRADE-HAMANN-SOARES (2019)

6 O LEGADO DA MINUSTAH PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

A participação do Brasil em operações de manutenção da paz da ONU permitiu com que o país ganhasse credibilidade e se projetasse internacionalmente. Como um dos objetivos da política externa brasileira, o Brasil juntamente com Japão, Alemanha e Índia, formou o G-4, um grupo para pleitear vagas permanentes no CSNU e com o comando da MINUSTAH o país conquistou mais reconhecimento.

De fato, os benefícios que o Brasil obteve ao se juntar nas missões da ONU foram de grande valia, até 2004 essas participações não eram de grande porte, mas isso não deixou de acrescentar vasta experiência para as tropas brasileiras, permitindo que o nível de qualidade das Forças Armadas aumentasse no que tange a tropas de paz.

A partir da entrada do Brasil na MINUSTAH com seu longo período de permanência e seu massivo envio de tropas, pode-se constatar o aumento significativo nos impactos para os militares.

Numa primeira situação as tropas que eram designadas para se desdobrarem nas operações de manutenção da paz, ficavam responsáveis pela sua própria preparação e adestramento. Posteriormente coube a 5° Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME) conduzir essas atividades com os militares designados. Em 2001 o Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército (CEPAEB) foi criado na Divisão de Paz do Comando de Operações Terrestres (COTER) com a responsabilidade de executar os planejamentos e adestramentos com as tropas designadas para atuarem nas missões de paz da ONU.

Com a MINUSTAH se desenrolando e com o intuito de melhorar a forma de preparo e disseminação de conhecimento adquirido nas operações de paz, o Exército criou em 2005 o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz). O terceiro contingente selecionado para ir ao Haiti foi o primeiro a ser preparado pelo novo Cento de Instrução, que dessa adestrava a tropa com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

Com a evolução dos acontecimentos no Haiti, principalmente após o terremoto que atingiu o país em 2010 e a fim de adestrar não somente tropas militares brasileiras, como também tropas de nações amigas e pessoal civil, o Centro muda seu nome através da portaria n° 952-MD de 15 de junho de 2010 para Centro Conjunto de Operações de Paz (CCOPAB)

Figura 7 – CCOPAB

Fonte: BRASIL (2012)

O CCOPAB permitiu que o Brasil se tornasse referência em adestramento para a participação em operações de manutenção da paz da ONU. Sendo ele fruto das colaborações que o país realizava com essa entidade internacional, podemos afirmar que foi um ponto de extrema importância para o as Forças Armadas, principalmente o Exército, que comanda e conduz as atividades do Centro.

O Centro é complexo e atende diversos requisitos para a preparação de pessoal, civil e militar, para as missões de paz. Possui uma Assessoria Jurídica, Divisão de Doutrina, Divisão de Ensino, Divisão de Tradutores e Intérpretes, Divisão de Avaliação, e uma Divisão de Administração e Logística. Ou seja, nota-se o quão importante é esta organização e como ela melhorou a qualidade das tropas militares em terrenos internacionais, prova disso é o sucesso das tropas brasileiras na MINUSTAH e o convite formal da ONU para que o Brasil integrasse a MINUSCA.

Com as tropas sendo largamente empregadas no Haiti, as necessidades de melhoria nos equipamentos foram aumentando, para esta missão as tropas utilizavam o então Urutu EE-11, um blindado de transporte, para execução de missões em solo haitiano.

Figura 8 – Urutu EE-11 no Haiti

Fonte: defesanet.com.br, acesso em 5 de junho de 2019

Conforme a necessidade de se ter um veículo blindado mais moderno para cumprir as complexas missões que surgiam durante a MINUSTAH o Exército Brasileiro criou um projeto estratégico para a fabricação de um novo blindado. O novo veículo ganhou o nome de Guarani, um Viatura Blindada de Transporte de Pessoal – Média sobre Rodas (VBTP-MR) que até 2030 irá substituir por completo o Urutu.

O guarani permitiu uma evolução de conhecimento e prática no que tange a fabricação de blindados, visto que aproximadamente 60% deste veículo é nacional. Além de suprir necessidades que as operações no Haiti demandavam, o novo blindado foi extremamente útil para a execução de missões do Exército em terreno nacional, como a intervenção federal no Rio de Janeiro. Outro aspecto positivo oriundo da implementação do Guarani nas fileiras da força terrestre foi a doação dos Urutus para o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

A longa permanência das tropas brasileiras no Haiti também colaborou para a evolução de doutrina e adestramento na Garantia da Lei e da Ordem (GLO), pois as missões eram todas de natureza urbana. Tendo como base o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, as regras de engajamento, o mandato da missão e as diretrizes dos *force commanders*, a conduta das tropas brasileiras resultou no sucesso de diversas missões durante o período.

As técnicas, táticas e procedimentos (TTP) foram adaptadas para a realidade das missões e permitiram um ganho enorme de conhecimento. Fator que colaborou para a melhora da capacitação no CIOpPaz, que posteriormente se chamaria CCOPAB. O módulo de tiro de ação reflexa também foi consequência da experiência haitiana, sendo amplamente divulgado e incluído nas instruções de tiro da força.

Figura 9 – Tiro de Ação Reflexa conduzido no 28° BC

Fonte: BRASIL (2018)

7 CONCLUSÃO

O Brasil encontra-se em constante evolução, isso pode ser observado com a trajetória do país nas operações de manutenção da paz. Os processos para entrada das forças armadas, policiais e civis nas missões firmaram-se a atualmente possuímos uma organização militar referência internacional no que tange a preparação de contingentes para atuação nas operações internacionais.

A MINUSTAH foi de grande importância para a expansão de doutrina militar referente às operações de paz e trouxe inúmeros benefícios para o Exército Brasileiro, seus 13 anos de duração colaborou com doutrinas, equipamentos e adestramento. O legado desta participação marcou a força e abriu caminhos para novas oportunidades.

Através do levantamento de dados sobre as missões de paz e a trajetória do Exército Brasileiro nelas, observamos que é válido a continuação das colaborações com a ONU. As experiências adquiridas aperfeiçoam a doutrina aplicada nas tropas em solo nacional e colaboram para o progresso da força.

REFERÊNCIAS

FONTOURA, P. R. C. T. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília: IRBr/FUNAG, 2005.

KENKEL, K.; MORAES, R. F. **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação. Brasília**: Ipea, 2012.

COTER – COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES DO EXÉRCITO BRASILEIRO. **MINUSTAH**: force commanders. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2LqECRd>. Acesso em: 28 maio 2019.

BELLAMY, A.; WILLIAMS, P.; GRIFFIN, S. **Understanding peacekeeping**. Cambridge: Polity Press, 2004.

TEIXEIRA, C. A. R. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil: história e perspectivas pós-MINUSTAH. In: HAMANN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (Orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé; CCOPAB, 2017.

VIEIRA NETO, F. P. Epopeia militar brasileira no Haiti. In: HAMANN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (Orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: CCOPAB; Instituto Igarapé, 2017.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Rio de Janeiro**: Unic RIO, 1945. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>. Acesso em 27 maio 2019

Manual de operações de paz. Brasília: Ministério da Defesa, 2017.

ANDRADE, I. O.; HAMANN, E. P.; SOARES, M. A. (Orgs). **A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas:** evolução, desafios e oportunidades. Rio de Janeiro: Ipea; 2019

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines**, United Nations** 2008. New York: Disponível em: <http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/pbps/pbps/library/capstonedoctrineeng.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2019.

BERNARDINO, L. M. B. **A prevenção de conflitos. Contributos para uma sistematização...**.2008. Lisboa: Disponível em: https://www.revistamilitar.pt/artigo/354. Acesso em: 27 maio. 2019.

RODRIGUES, A. O; MIGON, E. X. F. G. **O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz**. Belo Horizonte; 2017.

JÁCOMO, L. V. J. **Do Haiti ao complexo do alemão:** Análise sobre a atuação das Forças Armadas nas operações de retomada dos morros cariocas. São Paulo; 2011.

Guarani entrará em ação em 2014. **DefesaNet**, Brasília, 02 de nov. de 2013. Disponível em < http://www.defesanet.com.br/guarani/noticia/12912/Guarani-entrara-em-acao-no-Haiti-em-2014/>. Acesso em: 05 jun. de 2019.

Experiência no Haiti vai mudar Urutu. **DefesaNet**, Brasília, 11 de fev. de 2007. Disponível em < http://www.defesanet.com.br/guarani/noticia/5613/Experiencia-no-Haiti-vai-mudar-Urutu-/>. Acesso em: 05 jun. 2019.

Brasil precisa deixar o Haiti. **DefesaNet**, Brasília, 20 de jul. de 2011. Disponível em < http://www.defesanet.com.br/ph/noticia/1997/Brasil-precisa-deixar-o-Haiti/>. Acesso em: 05 jun. 2019.

LANNES, U. L. P. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz**. IEA/USP. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/lannesmanutencaodapaz.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2019.